

Delfim ainda não definiu a metodologia dos índices

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro do Planejamento, Delfim Netto, reúne-se hoje e amanhã, em São Paulo, com seus principais assessores, para tomar uma decisão a respeito do expurgo no INPC e, em consequência, no IGP (inflação) e nas correções cambial e monetária, a partir da metodologia elaborada pelo IBGE e Fundação Getúlio Vargas e de discussões na área acadêmica.

Até ontem, diversas fontes da Seplan consultadas sobre o expurgo deixaram claro que o governo está longe de chegar a um entendimento a respeito, e os assessores do ministro do Planejamento não escondem as divergências sobre a melhor metodologia a ser utilizada, sua extensão e sua permanência. Há, inclusive, os que consideram que o governo acabará não adotando a medida e os que sustentam que não haverá outra alternativa senão a fixação de um número arbitrário, que funcionaria como uma espécie de redutor dos índices de correção salarial, monetária e cambial.

A questão básica, conforme dizem a entender assessores da Seplan, é a premência de tempo: no máximo até a próxima segunda-feira, dia 27, o governo terá de anunciar o índice de correção monetária que vigorará no mês de julho, o que significa que o expurgo precisará ser decidido neste fim de semana. Isso, entretanto, é considerado "absolutamente impossível" se a decisão levar em conta os aspectos técnicos do problema.

Por outro lado, até o dia 7 de julho deverão ser divulgados também os índices de inflação e do INPC relativos ao mês de junho, sendo

pequeno o tempo disponível para uma definição em nível técnico, especialmente se o governo mantiver o propósito de discutir a questão do expurgo, previamente, com representantes de diversos segmentos da sociedade, como os empresários, os trabalhadores, os políticos, os acadêmicos e os advogados.

Diante da falta de tempo para a aprovação da medida, com vigência a partir de junho, a alternativa seria adia-la para julho, o que permitiria aos técnicos da Fundação Getúlio Vargas e do IBGE praticamente um mês de folga, durante o qual poderiam examinar cuidadosamente a matéria. Ocorre, no entanto, que a inflação de junho, sem o expurgo, poderia absorver o impacto do reajuste nos preços do petróleo e da elevação nos preços dos hortigranjeiros resultante das acidentalidades (inundações no Sul), produzindo uma taxa na faixa dos 12% a 15%, que seria transferida às correções monetária e cambial.

"APERTAR MAIS"

O Banco Central decidiu tornar ainda mais rígida a política monetária para conter a inflação, segundo informou, ontem, fonte da área financeira. "Vamos apertar um pouquinho mais", disse, para tentar conter a expansão dos meios de pagamentos entre 80% e 85%, portanto bem abaixo da nova taxa de inflação prevista, de 120% este ano.

Além disso, também será fortemente controlada a expansão dos empréstimos do Banco do Brasil. Neste sentido, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, já vem fazendo um controle mensal dos empréstimos, fixando os tetos de crescimento de acordo com os resultados da política monetária.